

**No. 47294**

—  
**Brazil  
and  
Bolivia**

**Agreement between the Government of the Federative Republic of Brazil and the Government of the Republic of Bolivia on facilities for the entry to and transit through their territories of their nationals. Santa Cruz, 8 July 2004**

**Entry into force:** *16 September 2005 by notification, in accordance with article 13*

**Authentic texts:** *Portuguese and Spanish*

**Registration with the Secretariat of the United Nations:** *Brazil, 23 March 2010*

—  
**Brésil  
et  
Bolivie**

**Accord entre le Gouvernement de la République fédérative du Brésil et le Gouvernement de la République de Bolivie relatif aux installations pour l'entrée et le transit de leurs ressortissants à travers leurs territoires respectifs. Santa Cruz, 8 juillet 2004**

**Entrée en vigueur :** *16 septembre 2005 par notification, conformément à l'article 13*

**Textes authentiques :** *portugais et espagnol*

**Enregistrement auprès du Secrétariat des Nations Unies :** *Brésil, 23 mars 2010*

[ PORTUGUESE TEXT – TEXTE PORTUGAIS ]

ACORDO ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O  
GOVERNO DA REPÚBLICA DA BOLÍVIA SOBRE FACILITAÇÃO PARA  
O INGRESSO E TRÂNSITO DE SEUS NACIONAIS  
EM SEUS TERRITÓRIOS

O Governo da República Federativa do Brasil

e

O Governo da República da Bolívia  
(doravante denominados “as Partes”),

Animados pelo propósito de estreitar ainda mais os tradicionais  
vínculos de amizade que unem seus povos;

Ressaltando a importância do turismo como fator de incentivo  
econômico e da criação de empregos;

Conscientes da necessidade de acordar um regime simplificado que  
estímule e facilite o trânsito de pessoas, com fins oficiais, de turismo ou de  
negócios, entre os territórios de ambos os países,

Acordaram o seguinte:

ARTIGO 1

O trânsito de nacionais das Partes, que viagem entre seus territórios  
com fins oficiais, de turismo ou de negócios, será regido pelas normas que se  
estipulam no presente Acordo.

ARTIGO 2

1. Os nacionais das Partes poderão ingressar, transitar e sair do território  
da outra Parte mediante a apresentação de seu documento nacional de identificação  
vigente e o cartão imigratório correspondente, sem necessidade de Visto.
2. Os nacionais não estão isentos de cumprir com as normas sanitárias  
internas das Partes.
3. As facilidades outorgadas mediante o presente Acordo não implicam  
desconhecer e impedir o uso do passaporte como documento de viagem  
internacional quando assim desejem seus titulares, ou quando se encontrem em  
trânsito para um terceiro país.

4. Os nacionais das Partes poderão permanecer no território da outra Parte para realizar atividades oficiais, de turismo ou negócios, por um período de até 90 (noventa) dias prorrogáveis por outros 90 (noventa) dias no período de um ano.

### ARTIGO 3

1. Os documentos nacionais de identificação a que se refere o Artigo anterior serão:

Para a República Federativa do Brasil:

- Cédula de Identidade expedida por cada Estado da Federação com validade nacional; e

Para a República da Bolívia:

- Cédula de identidade (C.I.) vigente

2. As Partes se comprometem a intercambiar modelos dos documentos acima indicados no momento de subscrever o presente Acordo, assim como a manter-se mutuamente informadas a respeito de qualquer modificação com relação aos referidos documentos, num prazo de não mais de 30 (trinta) dias, contados a partir da entrada em vigência da norma interna que estabeleça tal modificação.

### ARTIGO 4

O documento nacional de identificação com o qual tenha se realizado o ingresso será reconhecido pelas autoridades das Partes para os efeitos migratórios, civis e administrativos.

### ARTIGO 5

Os nacionais mencionados no Artigo 2 do presente Acordo poderão ingressar e sair do território do outro Estado por qualquer dos pontos de fronteira abertos ao trânsito internacional de passageiros, excluindo-se o trânsito para terceiros países o qual deverá efetuar-se respeitando as normas internacionais vigentes. As facilidades outorgadas no presente Acordo serão exercidas única e exclusivamente para viagens dentro do território nacional das Partes.

### ARTIGO 6

1. A facilidade introduzida pelo presente Acordo não exime os nacionais das Partes de cumprir com as leis e regulamentos relativos ao ingresso, permanência e saída de estrangeiros do território do Estado receptor, particularmente no que se refere ao trânsito de menores de idade.

2. As autoridades competentes das Partes informar-se-ão, reciprocamente, com brevidade, por via diplomática, sobre qualquer alteração nas respectivas leis e regulamentos sobre o regime de entrada, permanência e saída de estrangeiros dos territórios de seus respectivos Estados.

#### ARTIGO 7

O presente Acordo não autoriza aos nacionais de uma Parte exercer qualquer atividade, profissão ou ocupação que tenha caráter remunerado ou fins de lucro, fixar residência no território da outra Parte nem trocar de status migratório dentro do território da outra Parte.

#### ARTIGO 8

As autoridades migratórias das Partes no momento de realizar o controle migratório de ingresso, indicarão o status migratório de turismo, de negócios ou oficial.

#### ARTIGO 9

A bagagem das pessoas que transitam ao amparo deste Acordo, relativamente à quantidade e detalhamento dos artigos, estará sujeita à legislação interna das Partes.

#### ARTIGO 10

As autoridades competentes das Partes se reservam o direito de denegar o ingresso, assim como de repatriar aqueles que não cumpram os requisitos de lei, ou que estejam impedidos de sair do território das Partes, conforme suas disposições legais vigentes.

#### ARTIGO 11

As autoridades competentes das Partes reunir-se-ão sob solicitação de qualquer delas com a finalidade de avaliar a aplicação do presente Acordo, assim como para propor as alterações necessárias.

#### ARTIGO 12

As partes poderão suspender, total ou parcialmente, a aplicação do presente Acordo por motivos de segurança nacional, ordem ou saúde públicas. A adoção dessa medida deverá ser notificada à outra Parte, por via diplomática, com a brevidade possível.

ARTIGO 13

1. O presente Acordo entrará em vigor 30 (trinta) dias contados a partir da data em que as Partes se informem reciprocamente sobre o cumprimento dos requisitos legais internos necessários para a entrada em vigor do presente Acordo.
2. O presente Acordo vigorará por prazo indeterminado e poderá ser emendado mediante entendimento mútuo entre as Partes.
3. Qualquer das Partes poderá denunciar o presente Acordo, por via diplomática. Para este caso, os efeitos do Acordo cessarão 90 (noventa) dias depois de recebida a Nota de denúncia.

Feito em Santa Cruz da Serra, aos oito dias de julho de 2004, em dois exemplares nos idiomas português e espanhol, sendo ambos os textos igualmente autênticos.

---

PELO GOVERNO DA REPÚBLICA  
FEDERATIVA DO BRASIL  
Celso Amorim  
Ministro de Estado das Relações  
Exteriores

---

PELO GOVERNO DA REPÚBLICA  
DA BOLÍVIA  
Juan Ignacio Siles  
Ministro de Relaciones Exteriores  
e Culto

[ SPANISH TEXT – TEXTE ESPAGNOL ]

ACUERDO ENTRE EL GOBIERNO DE LA REPÚBLICA FEDERATIVA DEL BRASIL Y  
EL GOBIERNO DE LA REPÚBLICA DE BOLIVIA SOBRE FACILIDADES  
PARA EL INGRESO Y TRÁNSITO DE SUS NACIONALES  
EN SUS TERRITORIOS

El Gobierno de la República Federativa de Brasil

y

El Gobierno de la República de Bolivia  
(En adelante denominados “las Partes”),

Animados por el propósito de estrechar aún más los tradicionales vínculos de amistad que unen a sus pueblos;

Resaltando la importancia del turismo como factor de fomento económico y de la creación de empleo;

Concientes de la necesidad de acordar un régimen simplificado que estimule y facilite el tránsito de personas con fines oficiales, de turismo o de negocios, entre los territorios de ambos países,

Acuerdan lo siguiente:

ARTÍCULO 1

El tránsito de los nacionales de las Partes que viajen entre sus territorios con fines oficiales, de turismo o de negocios, se regirá por las normas que se estipulan en el presente Acuerdo.

ARTÍCULO 2

1. Los nacionales de las Partes podrán ingresar, transitar y salir del territorio de la otra Parte, mediante la presentación de su documento nacional de identificación vigente y la Tarjeta Migratoria correspondiente, sin necesidad de visa.
2. Los nacionales no están exentos de cumplir con las normas sanitarias internas de las Partes.

3. Las facilidades otorgadas mediante el presente Acuerdo no implican desconocer ni impedir el uso del pasaporte como un documento de viaje internacional cuando así lo desean sus titulares o cuando se encuentren en tránsito hacia un tercer país.

4. Los nacionales de las Partes podrán permanecer en el territorio de la otra Parte, para realizar actividades oficiales, de turismo o de negocios, por un periodo de hasta noventa (90) días, prorrogables por otros noventa (90) días en el periodo de un año.

### ARTÍCULO 3

1. Los documentos nacionales de identidad a que se refiere el Artículo anterior, serán:

Para la República de Bolivia:

- Cédula de identidad (C.I.) vigente; y

Para la República Federativa del Brasil:

- Cédula de identidad expedida por cada Estado de la Federación con validez nacional.

2. Las Partes se comprometen a intercambiar modelos de los documentos arriba señalados al momento de suscribir el presente Acuerdo, así como a mantenerse mutuamente informadas respecto a cualquier modificación en relación con los referidos documentos, en un plazo no mayor de treinta (30) días calendario, contados a partir de la entrada en vigencia de la norma interna que establezca tal modificación.

### ARTÍCULO 4

El documento nacional de identificación con el cual se realizó el ingreso será reconocido por las autoridades de las Partes, para los efectos migratorios, civiles y administrativos.

### ARTÍCULO 5

Los nacionales mencionados en el Artículo 2 del presente Acuerdo podrán ingresar y salir del territorio del otro Estado por cualquier de los puntos de frontera abiertos al tránsito internacional de pasajeros, excluyéndose el tránsito

hacia terceros países el cual deberá efectuarse respetando las normas internacionales vigentes. Las facilidades que se otorgan mediante el presente Acuerdo serán ejercidas única y exclusivamente para viajes dentro del territorio nacional de las Partes.

#### ARTÍCULO 6

1. La facilidad introducida en el presente Acuerdo no exime a los nacionales de las Partes de cumplir con las leyes y reglamentos sobre el ingreso, permanencia y salida de los extranjeros al territorio del Estado receptor, particularmente en lo que se refiere al tránsito de menores de edad.
2. Las autoridades competentes de las Partes se informarán mutuamente, por la vía diplomática, a la brevedad, sobre cualquier cambio en las respectivas leyes y reglamentos sobre el régimen de entrada, permanencia y salida de extranjeros de los territorios de sus respectivos Estados.

#### ARTÍCULO 7

El presente Acuerdo no autoriza a los nacionales de una parte a ejercer ninguna actividad, profesión u ocupación que tenga carácter remunerativo o fines de lucro, fijar residencia en el territorio de la otra Parte o cambiar la calidad migratoria dentro del territorio de la otra Parte.

#### ARTÍCULO 8

Las autoridades migratorias de las Partes, el momento de realizar el control migratorio de ingreso, determinaran la calidad migratoria de turismo, de negocios u oficial.

#### ARTÍCULO 9

El equipaje de las personas que transiten al amparo de este Acuerdo, en cuanto a la cantidad y detalle de los artículos, se sujetará a la legislación interna de las Partes.

#### ARTÍCULO 10

Las autoridades competentes de las Partes se reservan el derecho de denegar el ingreso, así como repatriar a aquellas personas que no cumplan con los requisitos de ley o que estén impedidos de salir del territorio de las Partes, conforme a sus disposiciones legales vigentes.



ARTÍCULO 11

Las autoridades competentes de las Partes se reunirán a solicitud de cualquiera de ellas con el fin de evaluar la aplicación del presente Acuerdo, así como para proponer las alteraciones necesarias.

ARTÍCULO 12

Las Partes podrán suspender, total o parcialmente, la aplicación del presente Acuerdo por motivos de seguridad nacional, orden o salud públicas. La adopción de esa medida deberá ser notificada a la otra Parte, por la vía diplomática, a la brevedad posible.

ARTÍCULO 13

1. El presente Acuerdo entrará en vigencia 30 (treinta) días contados a partir de la fecha en que las Partes se informen mutuamente sobre el cumplimiento de los requisitos legales internos necesarios para la entrada en vigencia del presente Acuerdo.
2. El presente Acuerdo regirá por un plazo indeterminado y podrá ser enmendado mediante entendimiento mutuo entre las Partes.
3. Cualquiera de las Partes podrá denunciar el presente Acuerdo, por la vía diplomática. Para este caso, los efectos del Acuerdo cesarán 90 (noventa) días después de recibida la Nota de denuncia.

Suscrito en la ciudad de Santa Cruz de La Sierra a los 8 días del mes de julio del año dos mil cuatro, en dos ejemplares en idiomas portugués y castellano, siendo ambos textos igualmente auténticos.

---

POR EL GOBIERNO DE LA  
REPUBLICA FEDERATIVA  
DEL BRASIL

---

POR EL GOBIERNO DE LA REPUBLICA  
DE BOLIVIA

[TRANSLATION – TRADUCTION]

AGREEMENT BETWEEN THE GOVERNMENT OF THE FEDERATIVE  
REPUBLIC OF BRAZIL AND THE GOVERNMENT OF THE REPUBLIC  
OF BOLIVIA ON FACILITIES FOR THE ENTRY TO AND TRANSIT  
THROUGH THEIR TERRITORIES OF THEIR NATIONALS

The Government of Federative Republic of Brazil and the Government of the Republic of Bolivia (hereinafter referred to as “the Parties”),

Prompted by the desire to further strengthen the traditional ties of friendship between their peoples,

Emphasizing the importance of tourism as a vector of economic development and job creation,

Aware of the need to agree on a simplified scheme that will encourage and facilitate the transit through the territories of both countries of persons engaged in official missions, tourism or business,

Have agreed as follows:

*Article 1*

The transit of nationals of the Parties who travel between their territories on official missions or for purposes of tourism or business shall be governed by the rules set forth in this Agreement.

*Article 2*

1. Nationals of either Party may enter, pass through and leave the territory of the other Party upon presentation of their valid national identification document and the requisite immigration card, without the need for a visa.

2. Nationals shall not be exempt from the Parties’ internal health standards.

3. The facilities provided for by this Agreement do not imply any disregard for, or impediment to, the use of a passport as an international travel document when in transit to a third country or when the bearer so desires or.

4. Nationals of either Party may remain in the territory of the other Party, to engage in official missions, tourism or business, for a period of up to ninety (90) days, which may be extended for another ninety (90) days within one year.

*Article 3*

1. The national identification documents nationals referred to in the foregoing Article are:

For the Federative Republic of Brazil:

- An Identity Card as issued by each State of the Federation, with national validity; and

For the Republic of Bolivia:

- A valid Identity Card (CI).

2. The Parties undertake to exchange models of the above-mentioned documents at the time of signing this Agreement, and to notify one another of any modification thereto within thirty (30) calendar days of the entry into force of the internal standard setting out that modification.

#### *Article 4*

The national identification document with which entry was effected shall be recognized by the authorities of the Parties for civil, administrative and immigration purposes.

#### *Article 5*

Nationals mentioned in Article 2 of this Agreement may enter and leave the territory of the other State at any border post open to international passenger transit, with the exception of transit to third countries, which shall be effected in accordance with international standards in force. The facilities granted by this Agreement shall be exercised only and exclusively for travel within the Parties' national territory.

#### *Article 6*

1. The facility introduced by this Agreement does not exempt nationals of the Parties from complying with all laws and regulations on foreigners' entry into, stay in and departure from the territory of the host State, particularly as regards the transit of minors.

2. The Parties' competent authorities shall inform one another promptly, through the diplomatic channel, of any change in their respective laws and regulations governing entry into, stay in and departure from the territory of their respective States.

#### *Article 7*

This Agreement does not authorize nationals of either Party to engage in any gainful or for-profit activity, profession or occupation, to take up residence in the territory of the other Party, or to change their immigration status while within the territory of the other Party.

#### *Article 8*

The Parties' immigration authorities shall, during immigration control at the time of entry, determine the subject's immigration status: tourism, business or official mission.

*Article 9*

The baggage of persons travelling under this Agreement shall, as to amount and detailed content, be subject to the domestic laws of the Parties.

*Article 10*

The competent authorities of the Parties reserve the right to refuse admission to and repatriate any person who does not meet its legal requirements or is forbidden to leave the territory of the Parties in accordance with their legislation.

*Article 11*

The competent authorities of the Parties shall meet at the request of either Party to evaluate the implementation of this Agreement and to propose such changes as may be necessary.

*Article 12*

Either Party may suspend, in whole or in part, the application of this Agreement for reasons of national security, public order or health. The other Party must be notified as soon as possible, through the diplomatic channel, of the adoption of any such measure.

*Article 13*

1. This Agreement shall enter into force 30 (thirty) days following the date on which the Parties notify one another of the fulfillment of all relevant requirements for this Agreement to enter into force.

2. This Agreement shall remain in force indefinitely and may be amended by mutual agreement between the Parties.

3. Either Party may terminate this Agreement through the diplomatic channel. In that event, the Agreement shall cease to have effect ninety (90) days after receipt of the notice of termination.

SIGNED at Santa Cruz de la Sierra on 8 July 2004, in two copies in the Portuguese and Spanish languages, both being equally authentic.

For the Government of the Federative Republic of Brazil:

CELSO AMORIM  
State Minister of Foreign Affairs

For the Government of the Republic of Bolivia:

JUAN IGNACIO SILES  
Minister of Foreign Affairs and Worship

[TRANSLATION – TRADUCTION]

ACCORD ENTRE LE GOUVERNEMENT DE LA RÉPUBLIQUE FÉDÉRATIVE DU BRÉSIL ET LE GOUVERNEMENT DE LA RÉPUBLIQUE DE BOLIVIE RELATIF AUX INSTALLATIONS POUR L'ENTRÉE ET LE TRANSIT DE LEURS RESSORTISSANTS À TRAVERS LEURS TERRITOIRES RESPECTIFS

Le Gouvernement de la République fédérative du Brésil

et

Le Gouvernement de la République de Bolivie (ci-après dénommés « les Parties »),

Animés par la volonté d'approfondir encore davantage les liens traditionnels d'amitié entre leurs peuples,

Soulignant l'importance du tourisme en tant que facteur de développement économique et de création d'emploi,

Conscients de la nécessité de s'entendre sur un régime simplifié qui encourage et facilite la circulation des personnes à des fins officielles, pour le tourisme ou les affaires, entre les territoires des deux pays,

Sont convenus de ce qui suit :

*Article premier*

Le transit des ressortissants des deux Parties, qui se déplacent entre leurs territoires respectifs, à des fins de tourisme ou pour affaires, sera régi par les règles et règlements stipulés dans le présent Accord.

*Article 2*

1. Les ressortissants de chacune des Parties peuvent entrer, transiter par et quitter le territoire de l'autre Partie en présentant leur document national d'identité valide et leur carte de circulation correspondante, sans visa.

2. Ils doivent également respecter les règles en matière de santé de la législation interne de chaque État.

3. Les facilités prévues par le présent Accord ne visent pas à décourager ou à empêcher l'utilisation du passeport comme document international de voyage lorsque le détenteur le souhaite ou lorsque ce dernier se trouve en transit vers un pays tiers.

4. Les ressortissants de chacune des Parties peuvent séjourner sur le territoire de l'autre Partie afin d'y mener des activités de tourisme ou d'affaires pour une période maximale de quatre-vingt-dix (90) jours, renouvelable une fois pour une autre période de quatre-vingt-dix (90) jours, pendant une période d'un an.

*Article 3*

1. Les documents nationaux d'identité visés à l'article précédent sont les suivants :

Pour la République fédérative du Brésil :

- Carte d'identité délivrée par chaque État de la Fédération, ayant une validité nationale; et

Pour la République de Bolivie :

- Carte d'identité (C.I.) en cours de validité.

2. Les Parties conviennent d'échanger des modèles des documents mentionnés ci-dessus au moment de la signature du présent Accord, et de se tenir mutuellement informées de toute modification apportée à ces documents dans un délai maximal de trente (30) jours civils, comptés à partir de l'entrée en vigueur de la loi qui prévoit ladite modification.

*Article 4*

Le document national d'identité utilisé lors de l'entrée sur le territoire sera accepté par les autorités de chacune des Parties aux fins de toutes les démarches en matière d'immigration, civiles et administratives.

*Article 5*

Les ressortissants visés à l'article 2 du présent Accord peuvent entrer et sortir du territoire de l'autre État par n'importe lequel des postes frontaliers ouverts au transit international de passagers, à l'exclusion du transit vers des pays tiers qui doit avoir lieu conformément aux règles internationales applicables. Sur la base de ce qui précède, il est entendu que les facilités accordées par le présent Accord ne peuvent s'appliquer que pour les déplacements sur le territoire national de l'une ou l'autre des Parties.

*Article 6*

1. La facilité octroyée par le présent Accord n'exempte pas les ressortissants des Parties de se conformer aux lois et aux règlements relatifs à l'entrée, au séjour et au départ des étrangers du territoire de l'État d'accueil, notamment en ce qui concerne le transit de mineurs.

2. Les autorités compétentes des deux Parties s'informent mutuellement, par la voie diplomatique et le plus rapidement possible, des modifications apportées à leurs lois et règlements respectifs sur le régime d'entrée, de séjour et de départ des étrangers en provenance des territoires de leurs États respectifs.

*Article 7*

Le présent Accord n'autorise pas un ressortissant de l'une des Parties à exercer une activité, une profession ou une occupation rémunérée ou à caractère lucratif, à établir sa

résidence sur le territoire de l'autre Partie ou à modifier son statut d'immigration sur le territoire de l'autre Partie.

*Article 8*

Les autorités migratoires des Parties, au moment du contrôle migratoire d'entrée, doivent établir le statut migratoire de tourisme, d'affaires ou de voyage officiel.

*Article 9*

Les bagages transportés par les personnes se déplaçant en vertu du présent Accord, pour ce qui est de la quantité et du détail des articles transportés, sont soumis aux dispositions juridiques en vigueur dans chacune des Parties.

*Article 10*

Les autorités compétentes de chacune des Parties se réservent le droit de refuser l'entrée et de retourner dans son pays d'origine toute personne qui enfreint la loi, ou qui n'est pas autorisée à quitter le territoire national de chacune des Parties, conformément aux dispositions de la législation en vigueur.

*Article 11*

Les autorités compétentes des Parties se réuniront à la demande de l'une ou l'autre d'entre elles pour évaluer la mise en œuvre du présent Accord et proposer, le cas échéant, des modifications pouvant être nécessaires à son application.

*Article 12*

Chacune des Parties peut suspendre, en tout ou en partie, l'application du présent Accord pour des raisons de sécurité nationale, d'ordre public ou de santé. L'adoption d'une telle mesure doit être notifiée à l'autre Partie par la voie diplomatique, le plus rapidement possible.

*Article 13*

1. Le présent Accord entre en vigueur trente (30) jours à compter de la date à laquelle les Parties s'informent mutuellement de l'accomplissement des formalités prévues par leur législation interne nécessaires à l'entrée en vigueur du présent Accord.

2. Le présent Accord est conclu pour une durée indéterminée et peut être amendé avec le consentement mutuel des Parties.

3. Chacune des Parties peut dénoncer le présent Accord par la voie diplomatique. Dans ce cas, l'Accord cesse de produire ses effets quatre-vingt-dix (90) jours après réception de la notification de dénonciation.

SIGNÉ à Santa Cruz de la Sierra, le 8 juillet 2004, en deux exemplaires en portugais et en espagnol, les deux textes faisant également foi.

Pour le Gouvernement de la République fédérative du Brésil :

CELSO AMORIM  
Ministre d'État des affaires étrangères

Pour le Gouvernement de la République de Bolivie :

JUAN IGNACIO SILES  
Ministre des affaires étrangères et du culte